

Sentença Estrangeira Contestada

SEC Nº 349 - EX (2005/0023892-2)

Tema: Homologação de Sentença Arbitral Estrangeira

Julgamento: 21 de março de 2007

Publicação: 21 de maio de 2007

Ementa: SENTENÇA ESTRANGEIRA – JUÍZO ARBITRAL – CONTRATO INTERNACIONAL ASSINADO ANTES DA LEI DE ARBITRAGEM (9.307/96).

SEC Nº 2.593 - EX (2007/0046207-6)

Tema: Homologação de Divórcio por decisão de Autoridade Administrativa

Julgamento: 08 de maio de 2007

Publicação: 15 de maio de 2007

Decisão: Conforme jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal, é cabível a homologação de divórcio por decisão de autoridade administrativa se, no país de origem, é esta a forma como se processa o referido ato.

SEC Nº 843 - LB (2005/0035094-1)

Tema: Competência de Jurisdição na Sucessão

Julgamento: 21 de março de 2007

Publicação: 28 de maio de 2007

Ementa: SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA. RECONHECIMENTO DE HERDEIRO. INVENTÁRIO E PARTILHA. COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DA JURISDIÇÃO BRASILEIRA. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO NA JUSTIÇA DE ORIGEM. REQUISITOS INDISPENSÁVEIS NÃO ATENDIDOS. HOMOLOGAÇÃO INDEFERIDA.

SEC Nº 1.210 - DE (2006/0185918-6)

Tema: Cláusula Compromissória de Juízo Arbitral

Julgamento: 20 de junho de 2007

Publicação: 06 de agosto de 2007

Ementa: SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA. HOMOLOGAÇÃO. REQUISITOS. LEI 9.307/96 E RESOLUÇÃO 9/2005 DO STJ. CONTRATO DE COMPRA E VENDA. CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM. EXISTÊNCIA. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA. ANÁLISE DE CONTROVÉRSIA DECORRENTE DO CONTRATO. JUÍZO ARBITRAL. POSSIBILIDADE. MÉRITO DA DECISÃO ARBITRAL. ANÁLISE NO STJ. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO À ORDEM PÚBLICA. PRECEDENTES DO STF E STJ.

SEC Nº 563 / EX (2006/0106906-8)

Tema: O Consentimento na Adoção de Maiores

Julgamento: 16 de agosto de 2007

Publicação: 03 de setembro de 2007

Ementa: SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA. ALEMANHA. ADOÇÃO DE PESSOAS MAIORES DE IDADE. CITAÇÃO DO REQUERIDO NO PROCEDIMENTO NO EXTERIOR. PROVA DO TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO. ASSINATURA DO JUIZ. DESNECESSIDADE.

SEC Nº 1.397 / EX (2006/0185712-9)

Tema: Acordo sobre Imóvel no Brasil

Julgamento: 15 de agosto de 2007

publicação: 03 de setembro de 2007

Ementa: SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA. IMÓVEL SITUADO NO BRASIL. ACORDO ENTRE AS PARTES. POSSIBILIDADE. MATÉRIAS OBJETO DE CONTESTAÇÃO. ART. 9º DA RESOLUÇÃO Nº 9 DO STJ. TRÂNSITO EM JULGADO. CARIMBO ATESTANDO ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

SEC Nº 421 / EX (2005/0172232-8)

Tema: Partilha de Imóveis Localizados no Brasil

Julgamento: 16 de maio de 2007

Publicação: 03 de setembro de 2007

Ementa: SENTENÇA ESTRANGEIRA. DIVÓRCIO. HOMOLOGAÇÃO. DEFERIMENTO. PARTILHA DE BENS. IMÓVEL SITUADO NO BRASIL. OFENSA À SOBERANIA NACIONAL. INEXISTÊNCIA. SEPARAÇÃO DE FATO. NOME. ALTERAÇÃO. QUESTÃO NÃO DECIDIDA NA DECISÃO HOMOLOGAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO.

SEC Nº 1745 / EX (2006/0228122-0)

Tema: Homologação de Divórcio Consensual

Julgamento: 21 de novembro de 2007

Publicação: 03 de dezembro de 2007

Ementa: HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA. DIVÓRCIO CONSENSUAL. REQUERIDO EM LUGAR IGNORADO. CITAÇÃO EDITALÍCIA. NOMEAÇÃO DE CURADOR ESPECIAL. REQUISITOS PREENCHIDOS.

Sentença Estrangeira

SE Nº 2.630 - DE (2007/0063764-8)

Tema: Homologação de Sentença Estrangeira de Adoção

Julgamento: 02 de abril de 2007

Publicação: 11 de abril de 2007

Decisão: 1. Pedido de homologação da sentença estrangeira de adoção da menor P. K. C. dos S., filha natural da segunda requerente, proferida pelo Tribunal de Justiça de Stuttgart, em 22/11/2005. O requerentes pediram, ademais, a antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, a fim de possibilitar a representação da adotanda nos atos da vida civil, em particular sua matrícula em estabelecimento de ensino.

2. A concessão de tutela antecipada somente é cabível em casos excepcionais, mormente em face dos princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. No caso, não se verificam os elementos para a antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional pretendida, nos termos do art. 273 do CPC.

Com efeito, não se vislumbram, na hipótese, as dificuldades alegadas pelos requerentes, uma vez que a menor, de nacionalidade brasileira, encontra-se em companhia de sua mãe

biológica, também brasileira. Portanto, os atos civis necessários à garantia e à defesa dos interesses da adotanda podem ser praticados por sua genitora, o que afasta a possibilidade de eventual ocorrência de dano irreparável.

Posto isso, indefiro o pedido de tutela antecipada.

3. Ao Ministério Público Federal.

SE Nº 1467 (2005/0180958-0)

Tema: Homologação de Divórcio Consensual

Julgamento: 15 de agosto de 2007

Publicação: 24 de setembro de 2007

Decisão: (...) 2. Conforme jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal, é cabível a homologação de divórcio por decisão de autoridade administrativa se, no país de origem, é esta a forma como se processa o referido ato.

3. Posto isso, homologo o ato administrativo estrangeiro.

Recurso Especial

REsp Nº 667.025 - RJ (2004/0086618-6)

Tema: Aplicação Imediata de Acordo Internacional - TRIPS

Julgamento: 14 de dezembro de 2006

Publicação: 12 de fevereiro de 2007

Ementa: RECURSO ESPECIAL - PROPRIEDADE INDUSTRIAL - PATENTE - TRIPS - VIGÊNCIA - PRECEDENTES.

REsp Nº 621.128 - RS (2003/0221653-3)

Tema: Cobrança de ICMS na Importação de Leite

Julgamento: 24 de abril de 2007

Publicação: 10 de maio de 2007

Ementa: TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ICMS. IMPORTAÇÃO DE LEITE. PAÍSES SIGNATÁRIOS DO GATT. ISENÇÃO.

REsp Nº 727.825 - SC (2005/0029967-0)

Tema: Cobrança de Imposto de Importação de Tecidos

Julgamento: 12 de dezembro de 2006

Publicação: 15 de fevereiro de 2007

Ementa: CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO. VALORAÇÃO ADUANEIRA. MÉTODO DE AFERIÇÃO. SÚMULA 7 DO STJ. ACÓRDÃO FUNDADO EM INTERPRETAÇÃO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL.

REsp 416.077 – SP (2002/0021853-5)

Tema: Insenção de ICMS de Produto Importado Similar ao Nacional

Julgamento: 27 de junho de 2006

Publicação: 02 de agosto de 2006

Ementa: RECURSO ESPECIAL. ART. 105, INCISO III, ALÍNEAS "A" E "B" DO INCISO III DO ART. 105 DA CF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. TRIBUTÁRIO. ICMS. COMINHO IMPORTADO DE PAÍS SIGNATÁRIO DO GATT. ISENÇÃO. SÚMULA N. 20 DO STJ.

REsp 325.587 / RJ (2001/0057455-5)

Tema: Competência Internacional para Regulamentação de Visitas

Julgamento: 06 de setembro de 2007

Publicação: 24 de setembro de 2007

Ementa: RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 31 E 34 DO CC/1916. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ARTS. 88, II, DO CPC E 12 DA LICC. DIREITO DAS OBRIGAÇÕES. IMPERTINÊNCIA À SITUAÇÃO DOS AUTOS. ART. 7º DA LICC. CONFLITO DE LEIS ("DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO"). AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS. COMPETÊNCIA CONCORRENTE DA JUSTIÇA BRASILEIRA. ART. 88, INCISOS I E III DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO NÃO CONHECIDO.

REsp 653.357 / DF (2004/0060352-8)

Tema: Complementação Salarial de Diplomata no Exercício em Organismo Internacional

Julgamento: 12 de setembro de 2006

Publicação: 15 de outubro de 2007

Ementa: SERVIDOR PÚBLICO. DIPLOMATA. EXERCÍCIO DE CARGO EM ORGANISMO INTERNACIONAL. COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL. DECRETO-LEI Nº 2.116/84. INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO EM PRESTAR COLABORAÇÃO. DEMONSTRAÇÃO. REQUISITOS. ATENDIMENTO.

REsp 963.625 / RS (2007/0146403-0)

Tema: Revalidação de Diploma Expedido por Instituição de Ensino Estrangeira

Julgamento: 25 de setembro de 2007

Publicação: 30 de outubro de 2007

Ementa: ADMINISTRATIVO. ENSINO SUPERIOR. CURSO REALIZADO NO EXTERIOR. EXIGÊNCIA DE REVALIDAÇÃO DO DIPLOMA POR UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA. DIREITO ADQUIRIDO. INEXISTÊNCIA.

REsp 937.759 / PR (2007/0072127-0)

Tema: Incidência de CPMF sobre Operação Simbólica de Câmbio

Julgamento: 06 de setembro de 2007

Publicação: 11 de outubro de 2007

Ementa: TRIBUTÁRIO. INCIDÊNCIA DE CPMF SOBRE OPERAÇÃO SIMBÓLICA DE CÂMBIO. LEI N. 9311/98. EXISTÊNCIA DE FATO GERADOR. TRIBUTO DEVIDO.

REsp 878.827 - SP (2006/0187013-8)

Tema: Desoneração de ICMS

Julgamento: 27 de novembro de 2007

Publicação: 10 de dezembro de 2007

Ementa: TRIBUTÁRIO. ICMS. MERLUZA. IMPORTAÇÃO. PAÍSES SIGNATÁRIOS DO GATT. ART. 333, I, DO CPC. SÚMULA 7/STJ. ART. 111, II, DO CTN. SÚMULA

211/STJ. MÉRITO. SÚMULAS 20 E 71/STJ.

REsp 934.520 / RJ (2007/0055331-5)

Tema: Comprovação de Pagamento de ICMS para Desembarço Aduaneiro - Bacalhau

Julgamento: 27 de novembro de 2007

Publicação: 10 de dezembro de 2007

Ementa: RECURSO ESPECIAL. BACALHAU IMPORTADO DA NORUEGA. DESEMBARAÇO ADUANEIRO. ICMS. COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. APELO NÃO CONHECIDO. SÚMULA 211/STJ.

Recurso Ordinário

RO Nº 42 - RJ (2004/0162435-0)

Tema: Ação de Cobrança Honorários Advocáticos

Julgamento: 07 de dezembro de 2006

Publicação: 23 de abril de 2007

Ementa: AÇÃO DE COBRANÇA DE HONORÁRIOS DE ADVOGADO. ALEGAÇÃO DE CONTRATO VERBAL DE TRABALHO. ESTADO ESTRANGEIRO.

RO 13 / PE (2001/0008276-9)

Tema: Ação de Indenização por Tratamento Discriminatório e Deportação de Brasileiros

Julgamento: 19 de junho de 2007

Publicação: 17 de setembro de 2007

Ementa: INTERNACIONAL, CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO MOVIDA CONTRA A REPÚBLICA DE PORTUGAL. TRATAMENTO DISCRIMINATÓRIO E DEPORTAÇÃO DE CIDADÃOS BRASILEIROS POR INSPETORES DA IMIGRAÇÃO EM DESEMBARQUE AEROPORTUÁRIO. DANOS MORAIS. DEMANDA MOVIDA PERANTE A JUSTIÇA FEDERAL DE PERNAMBUCO. IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO. POSSIBILIDADE DE RELATIVIZAÇÃO, POR VONTADE SOBERANA DO ESTADO ALIENÍGENA.

PREMATURA EXTINÇÃO DO PROCESSO AB INITIO. DESCABIMENTO. RETORNO DOS AUTOS À VARA DE ORIGEM PARA QUE, PREVIAMENTE, SE OPORTUNIZE AO ESTADO SUPPLICADO A EVENTUAL RENÚNCIA À IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO.

Carta Rogatória

CR Nº 1.987 - US (2006/0168898-4)

Tema: Embargo ao cumprimento do *Exequatur*

Julgamento: 10 de abril de 2007

Publicação: 17 de abril de 2007

Decisão: 1. Trata-se de embargos ao cumprimento do *exequatur*, previstos no art. 13, § 1º, da Resolução n. 9/2005, deste Tribunal. O Tribunal Distrital dos Estados Unidos da América, Comarca de Nova Jersey, solicitou, mediante esta carta rogatória, que se procedesse à citação de Sólton Teixeira de Resende Júnior em ação civil ajuizada na Justiça americana, conforme pedido rogatório de fls. 3-161. A intimação prévia via postal restou frustrada, pois o interessado mudou-se do endereço informado na comissão (certidão de fl. 170-v). Publicada a intimação no Diário da Justiça de 06-09-2006 (fl. 172), o interessado não apresentou impugnação à rogatória (fl. 174).

Enviados os autos ao Ministério Público Federal, este opinou pela concessão do *exequatur* (fl. 176-v). Concedido o *exequatur* (fl. 178), os autos foram remetidos à Justiça Federal do Estado de São Paulo. À fl. 196, o oficial de justiça responsável certificou a citação do interessado (ciente à fl. 195). Opostos os embargos, sustenta o interessado, preliminarmente, nulidade do processo por ausência de nomeação de curador especial, figura prevista no art. 9º, § 3º, da Resolução n. 9/2005. No mérito, aduz haver previsão contratual para que as controvérsias entre as partes sejam resolvidas por decisão arbitral. Às fls. 243-259, a empresa Arthur Schuman Inc., autora da ação ajuizada na Justiça rogante, manifestou-se contrariamente ao alegado nos embargos.

2. Inicialmente, a devolução da intimação prévia não gerou cerceamento de defesa, pois assegura a manifestação do interessado nas oportunidades previstas nos parágrafos 1º - oposição destes embargos - e 2º - interposição de agravo regimental - do art. 13 da

Resolução n. 9/2005, deste Tribunal. Ademais disso, a obrigatoriedade da nomeação de curador especial, prevista no art. 9º, § 3º, da Resolução n. 9/2005, refere-se apenas ao processo de homologação de sentença estrangeira.

De outra face, o pedido rogatório de citação, por si só, não apresenta qualquer situação de afronta à ordem pública ou à soberania nacional, pois está destinado a dar conhecimento da ação em curso, permitindo a defesa do interessado. A esta Corte cumpre verificar, apenas, se há autenticidade dos documentos e observância dos requisitos da Resolução n. 9/2005, deste Tribunal, o que, no caso, ocorreu.

Por fim, quanto à alegada existência de cláusula de arbitragem, a análise do tema cabe apenas à Justiça estrangeira, uma vez que na concessão do *exequatur* não cabe a esta Corte examinar matéria de defesa a ser decidida no exterior (nesse sentido: CR-AgR 8346/EU, relator Ministro Carlos Velloso, DJ de 7-12-2000).

3. Ante o exposto, rejeitos os embargos.

CR 438 / EX (2005/0015196-0)

Tema: Quebra de Sigilo Bancário no Exequatur

Julgamento: 15 de agosto de 2007

Publicação: 24 de setembro de 2007

Ementa: CARTA ROGATÓRIA. DILIGÊNCIAS. BUSCA E APREENSÃO. QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO. POSSIBILIDADE. CONCESSÃO DO EXEQÜATUR.

Agravo de Instrumento

Ag 930075 / RS (2007/0171229-0)

Tema: Competência para Julgar Banco Estrangeiro Privado

Julgamento: 22 de agosto de 2007

Publicação: 28 de agosto de 2007

Decisão: (...) pretende a agravante seja reconhecida a competência da Justiça Federal para o julgamento do feito, tendo em vista que o Export Import Bank of the United States se constituiria em "órgão do governo americano, fundado com dinheiro público e empresta dinheiro público com a chancela do Congresso Americano". (...) Não há, porém, como

identificar o agravado como organismo internacional na medida em que não atua como órgão de soberania estrangeira, mas sim, como qualquer outra instituição financeira brasileira que busca receber seus créditos. (...) Nesse contexto, não estando o banco estrangeiro representando seu país, não havendo conflito acerca da soberania dos envolvidos, nem estando a pretensão sendo regida pelo Direito Internacional, mas restrita a questões privadas, não há como se reconhecer a competência da Justiça Federal para o julgamento do feito.

Embargo de Declaração

EDcl na SEC Nº 507 - EX (2005/0209540-1)

Tema: Homologação de Sentença Arbitral Estrangeira

Julgamento: 06 de dezembro de 2006

Publicação: 05 de fevereiro de 2007

Ementa: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS. HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA. LEI 9.307/96. APLICAÇÃO IMEDIATA. CONSTITUCIONALIDADE. UTILIZAÇÃO DA ARBITRAGEM COMO SOLUÇÃO DE CONFLITOS. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO À ORDEM PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DO MÉRITO DA RELAÇÃO DE DIREITO MATERIAL. OFENSA AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. INEXISTÊNCIA. FIXAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. ART. 20, § 4º DO CPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

EDcl na SEC Nº 968 - CH (2005/0053918-3)

Tema: Homologação de Sentença Arbitral Estrangeira

Julgamento: 06 de dezembro de 2006

Publicação: 05 de fevereiro de 2007

Ementa: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE.

EDcl na SEC Nº 611 - US (2005/0055688-0)

Tema: Impossibilidade dos Embargos de Declaração

Julgamento: 18 de abril de 2007

Publicação: 07 de maio de 2007

Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE.

Agravo Regimental

AgRg nos EDcl na CARTA ROGATÓRIA Nº 808 - CR (2005/0068344-2)

Tema: Embargos Declaratórios em Carta Rogatória

Julgamento: 01º de fevereiro de 2007

Publicação: 26 de fevereiro de 2007

Ementa: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NA CARTA ROGATÓRIA. DISTINÇÃO ENTRE OS EMBARGOS DO ART. 13, § 1º DA RESOLUÇÃO Nº 09/2005 E OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRAZO.

AgRg na CR Nº 998 - IT (2005/0114782-0)

Tema: Solicitação de Quebra de Sigilo Bancário pelo Ministério Público Italiano

Julgamento: 06 de dezembro de 2006

Decisão: 30 de abril de 2007

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL. CARTA ROGATÓRIA. COOPERAÇÃO JURÍDICA. BRASIL. ITÁLIA. DILIGÊNCIAS. VÍCIOS FORMAIS. INEXISTENTES. QUEBRA SIGILO BANCÁRIO. SOBERANIA. ORDEM PÚBLICA. PARCIAL PROVIMENTO.

AgRg na CR Nº 1.461 / EX (2006/0030080-0)

Tema: Citação sem documentos que acompanham a inicial

Julgamento: 16 de maio de 2007

Publicação: 06 de agosto de 2007

Ementa: CARTA ROGATÓRIA. AGRAVO REGIMENTAL. DILIGÊNCIA ROGADA. CITAÇÃO. DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM A INICIAL. PREJUÍZO À DEFESA, OFENSA À ORDEM PÚBLICA E SOBERANIA NACIONAL. INOCORRÊNCIA. ELEIÇÃO DE FORO. QUESTÃO A SER ANALISADA PELA JUSTIÇA ROGANTE. REPRESENTAÇÃO EM JUÍZO.

AgRg na CR 571 / EX (2005/0020548-2)

Tema: Perseguição Penal no Brasil

Julgamento: 06 de junho de 2007

Publicação: 06 de agosto de 2007

Ementa: CARTA ROGATÓRIA. AGRAVO REGIMENTAL. ALEGADA AMPLIAÇÃO INDEVIDA DAS DILIGÊNCIAS PREVISTAS NO EXEQUATUR E ATUAÇÃO EXTRA PETITA DESTA CORTE. INOCORRÊNCIA. CRIME PERPETRADO NO EXTERIOR. AUTORIA IMPUTADA A BRASILEIRO. POSSIBILIDADE DE PERSECUÇÃO PENAL NO BRASIL. ART. 7º, INC. II, "B", E § 2.º, DO CÓDIGO PENAL. CONVERSÃO DO FEITO EM NOVAS DILIGÊNCIAS. AUSÊNCIA DE NECESSIDADE. FATOS DEVIDAMENTE DESCRITOS NOS DOCUMENTOS JUNTADOS PELA JUSTIÇA ROGANTE.

AgRg na CR 2.069 / EX (2006/0195585-0)

Tema: Quebra de Sigilo Bancário Requerido por *Exequatur*

Julgamento: 16 de maio de 2007

Publicação: 06 de agosto de 2007

Ementa: CARTA ROGATÓRIA. AGRAVO REGIMENTAL. PEDIDO DE QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DA PRÁTICA DO DELITO.

AgRg na CR 1.589 / EX (2006/0043281-7)

Tema: Competência da Justiça Estrangeira e Regularidade na Relação Processual

Julgamento: 16 de maio de 2007

Publicação: 06 de agosto de 2007

Ementa: CARTA ROGATÓRIA. AGRAVO REGIMENTAL. AUTENTICAÇÃO E TRADUÇÃO JURAMENTADA. TRÂMITE POR MEIO DE AUTORIDADE CENTRAL. DILIGÊNCIA ROGADA. CITAÇÃO. DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM A INICIAL. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À DEFESA, OFENSA À ORDEM PÚBLICA OU SOBERANIA NACIONAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTRANGEIRA E REGULARIDADE NA RELAÇÃO PROCESSUAL. QUESTÕES A SEREM ANALISADAS PELA JUSTIÇA ROGANTE.

AgRg na CR 2.116 / EX (2006/0219354-3)

Tema: Competência Concorrente

Julgamento: 16 de maio de 2007

Publicação: 06 de agosto de 2007

Ementa: CARTA ROGATÓRIA. AGRAVO REGIMENTAL. PROCURAÇÃO. REQUISITO DO ART. 202 DO CPC. APLICAÇÃO APENAS ÀS CARTAS ROGATÓRIAS ATIVAS. ARTS. 88 DO CPC. HIPÓTESE DE COMPETÊNCIA CONCORRENTE DA JUSTIÇA BRASILEIRA.

AgRg no REsp 699871 / DF (2004/0131923-0)

Tema: Onerosidade Excessiva Decorrente de Variação Cambial

Julgamento: 07 de agosto de 2007

Publicação: 20 de agosto de 2007

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ARRENDAMENTO MERCANTIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. VARIAÇÃO CAMBIAL. ONEROSIDADE EXCESSIVA. CONDENAÇÃO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA REDIMENSIONADA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO, COM OBSERVAÇÃO.

AgRg na CR 2449 / EX (2007/0063231-9)

Tema: Prejuízo na Defesa Decorrente da Citação

Julgamento: 15 de agosto de 2007

Publicação: 17 de setembro de 2007

Ementa: CARTA ROGATÓRIA. AGRAVO REGIMENTAL. DILIGÊNCIA ROGADA. CITAÇÃO. ALEGADO PREJUÍZO NA DEFESA. OFENSA À ORDEM PÚBLICA E À SOBERANIA NACIONAL. INOCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO E FRAUDE À LEI. QUESTÕES A SEREM ANALISADAS PELA JUSTIÇA ROGANTE.

AgRg no REsp 936974 / RS (2007/0063743-4)

Tema: Revalidação de Diploma Expedido por Instituição de Ensino Estrangeira

Julgamento: 20 de setembro de 2007

Publicação: 03 de outubro de 2007

Ementa: ADMINISTRATIVO – ENSINO SUPERIOR – DIPLOMA EXPEDIDO POR UNIVERSIDADE ESTRANGEIRA – REVALIDAÇÃO – NECESSIDADE DE PROCEDIMENTO – TÉRMINO DO CURSO NA VIGÊNCIA DO DECRETO N. 3.007/99 – INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO – RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO PARA JULGAR IMPROCEDENTE A AÇÃO.

AgRg nos EDcl na SE 1.554 / EX (2005/0203076-0)

Tema: Jurisdição brasileira afastada na Guarda de Menores

Julgamento: 19 de setembro de 2007

Publicação: 22 de outubro de 2007

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL. SENTENÇA ESTRANGEIRA. HOMOLOGAÇÃO. INDEFERIMENTO.

AgRg no REsp 843.004 - PE (2006/0090166-6)

Tema: Crédito-Prêmio de IPI

Julgamento: 13 de novembro de 2007

Publicação: 03 de dezembro de 2007

Ementa: TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO-PRÊMIO. DECRETOS-LEIS 491/69, 1.724/79, 1.722/79, 1.658/79 E 1.894/81. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. EXTINÇÃO DO BENEFÍCIO. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA PELA PRIMEIRA SEÇÃO. VIGÊNCIA DO ESTÍMULO FISCAL ATÉ 04 DE OUTUBRO DE 1990. RESSALVA DO ENTENDIMENTO DO RELATOR.

AgRg na CR 2497 / EX (2007/0081158-3)

Tema: Autenticidade de Documentos

Julgamento: 07 de novembro de 2007

Publicação: 10 de dezembro de 2007

Ementa: CARTA ROGATÓRIA. AGRAVO REGIMENTAL. AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS. QUESTÕES DE MÉRITO. ANÁLISE PELA JUSTIÇA ROGANTE. COMPETÊNCIA RELATIVA. DILIGÊNCIA ROGADA. CITAÇÃO. ALEGADA OFENSA À ORDEM PÚBLICA E À SOBERANIA NACIONAL. INOCORRÊNCIA.

Mandado de Segurança

MS 12.401 / DF (2006/0254683-8)

Tema: Pensão Alimentícia para Auxiliar de Comissão Diplomática Brasileira

Julgamento: 26 de setembro de 2007

Publicação: 25 de outubro de 2007

Ementa: MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. AUXILIAR LOCAL DE COMISSÃO DIPLOMÁTICA BRASILEIRA NO EXTERIOR. ENQUADRAMENTO. ART. 243 DA LEI. 8.112/90. SERVIDOR PÚBLICO. PRECEDENTES DO STJ. PENSÃO POR MORTE. CABIMENTO.

MS 12.510 / DF (2006/0281357-5)

Tema: Declaração da Condição de Refugiado

Julgamento: 08 de setembro de 2007

Publicação: 10 de setembro de 2007

Ementa: MANDADO DE SEGURANÇA. LEI 9.474/97. DECLARAÇÃO DA CONDIÇÃO DE REFUGIADO. BRASILEIRO NATURALIZADO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE ATO ILEGAL PRATICADO PELA AUTORIDADE IMPETRADA QUE TENHA VIOLADO DIREITO LÍQUIDO E CERTO DO DEMANDANTE. SEGURANÇA DENEGADA.

Embargo de Divergência

EREsp 696713 / RS (2005/0101705-0)

Tema: Tributação similar ao país signatário do GATT

Julgamento: 27 de junho de 2007

Publicação: 03 de setembro de 2007

Ementa: TRIBUTÁRIO. ICMS. REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO NAS SAÍDAS INTERNAS DE PRODUTOS QUE COMPÕEM A CESTA BÁSICA DO RIO GRANDE DO SUL. RICMS, ARTIGO 23, II, LIVRO I. CONVÊNIO ICMS 128/94. IMPORTAÇÃO DE PRODUTO SIMILAR DE PAÍS SIGNATÁRIO DO GATT (ATUAL OMC). EXTENSÃO DO BENEFÍCIO FISCAL AO SIMILAR IMPORTADO NO MOMENTO DO DESEMBARAÇO ADUANEIRO.

Habeas Corpus

HC 60.382 / SP (2006/0120079-5)

Tema: Desnecessidade de Intérprete Oficial na Oitiva de Testemunha

Julgamento: 02 de outubro de 2007

Publicação: 22 de outubro de 2007

Ementa: ROUBO E SEQÜESTRO – VÍTIMAS ESTRANGEIRAS – POSSIBILIDADE DE SER OUVIDA COMO TESTEMUNHA A PESSOA QUE AJUDOU A AUTORIDADE POLICIAL A ENTENDER AS VÍTIMAS, ESTRANGEIRAS., POSTO QUE NÃO AGIU COMO ADVOGADO. DESNECESSIDADE DE INTÉRPRETE OFICIAL NAQUELA OPORTUNIDADE. REGIME INTEGRALMENTE FECHADO – INCONSTITUCIONALIDADE. ORDEM DENEGADA, MAS CONCEDIDA DE OFÍCIO PARA MODIFICAR O REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE.

Conflito de Competência

CC 86.021 / SP (2007/0121829-7)

Tema: Conflito de Competência Penal – Tráfico de Entorpecentes

Julgamento: 08 de agosto de 2007

Publicação: 03 de setembro de 2007

Ementa: CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA TRANSNACIONALIDADE DA CONDUTA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. PRECEDENTES DESTA CORTE.